



Aprovado em 09/12/14

Presidente da CCT

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

## REQUERIMENTO Nº 26, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs.

- **Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz.**

- **Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos.**

### JUSTIFICAÇÃO

As atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação são hoje componentes fundamentais da presença atuante e autônoma de um país no mercado global.

A capacidade de inovar e comercializar novos produtos de alta tecnologia é cada vez mais um fator determinante na avaliação da competitividade de um país no cenário internacional. Parte fundamental do complexo processo de tornar a inovação viável é a proteção jurídica que se confere a ela a fim de que gere lucro.

Não obstante a existência de diploma legal, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – que rege a Propriedade Industrial – e de um Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC),



SF/14067.57201-98

Página: 1/2 02/06/2014 10:30:30

186e622181881685cb2c1aaa0ae04b36f96b0642





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria, estamos atrasados em relações a outros países devido à burocracia e lentidão na concessão de patentes.

A edição do dia 20 de abril deste ano, do jornal *A Folha de S. Paulo*, traz dados pra lá de preocupantes. Segundo a matéria,

*"o tempo médio que se espera para conseguir a patente de um produto no Brasil é de cerca de dez anos. Mas esse prazo pode superar 13 anos se o pedido estiver na área de alimentos e plantas ou até 14 se a inovação for do setor de telecomunicações. A espera no Brasil supera em até quatro vezes a dos EUA, a do Japão e a da Europa e em até seis a da China e a da Coreia do Sul - onde um registro é concedido em, na média, 1,8 ano."*

Isso é um problema sério porque durante o período de espera, as empresas que investiram tempo e dinheiro em inovação ficam sem poder vender seus produtos ou serviços e ainda ficam vulneráveis a pirataria e plágio. Em outras palavras, as empresas não têm condições de auferir ganhos econômicos de suas inovações tecnológicas.

A reportagem revela, ainda, que a situação tem se agravado nos últimos 14 anos, pois os pedidos de patente têm crescido três vezes mais do que as concessões registradas pelo INPI. Isso faz com que o tempo médio de espera aumente oito meses.

Diante disso, a fim de debatermos as atuais condições da proteção à propriedade industrial no Brasil, é que solicito o apoio dos meus pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 09/12/14

Senador RICARDO FERRAÇO



SF/14067.57201-98

Página: 2/2 02/06/2014 10:30:30

186e622181881685cb2c1aaa0ae04b36f96b0642

